

EDV RODRIGA EDV RODRIGA

HISTÓRIA • ARQUEOLOGIA • PATRIMÓNIO • MUSEOLOGIA



FICHA TÉCNICA

DIRECTOR

Paulo Fernandes
Presidente da Câmara Municipal do Fundão

COORDENADOR EDITORIAL

Pedro Miguel Salvado | Director do Museu Arqueológico Municipal José Monteiro

SECRETARIADO DE REDACÇÃO

Joana Bizarro | Museu Arqueológico Municipal José Monteiro

PROPRIEDADE

Museu Arqueológico Municipal José Monteiro | Município do Fundão

CONSELHO EDITORIAL

Amílcar Guerra, Ana Mercedes Stoffel, Angel Espina Barrio, Antonieta Garcia, António dos Santos Pereira, António Maia Nabais, António Martinho Batista, Fernando Patrício Curado, Filomena Barata, Henrique Coutinho Gouveia, Hugues de Varine, Joaquim Candeias da Silva, João Carlos Caninas, João Paulo Avelãs Nunes, João Trigueiros, José d'Encarnação, Luís Raposo, Manuel Poças das Neves, Marcos Osório, Martín Almagro-Gorbea, Mário Moutinho, Pedro Carvalho, Primitiva Bueno, Raquel Vilaça, Rodrigo de Balbín Behrmann, Trinidad Nogales Basarrate.

DESIGN GRÁFICO E PAGINAÇÃO

Marta Leitão | Gabinete de Marketing e Comunicação da Câmara Municipal do Fundão

Impressão: Grafisete – Artes Gráficas, Lda.

ISSN: 1645-9687

Depósito Legal: 255163/07

Periodicidade: Anual

Edição: N.º9

Pedido de exemplares e correspondência relativos a colaboração e permuta devem ser dirigidos a:

Revista Ebrobriga – Museu Arqueológico Municipal José Monteiro

Rua do Serrão, n.º 13-15 • 6230-418 Fundão

Tel: 275 774 581

geralmuseu@cm-fundao.pt

Solicita-se permuta/ On demand l'échange

Man bitten um austausch / Exchange requested

LIMITES – UMA QUESTÃO SEMPRE CONTROVERSA

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

USURPAR TERRITÓRIO NA ACTUALIDADE

Se, ainda nos nossos dias, se matam parentes por questões de partilhas; se, ao longo dos tempos, o Povo sempre se ergueu contra a prepotência das classes dominantes – os nobres, o clero e, agora, os gestores municipais... – quando abusivamente ocupavam baldios ou quando, por obscuros (ou evidentes...) interesses imobiliários, deliberavam transformar em *aedificandi* uma área que secularmente o não era... imagine-se o que terá sido ao tempo dos Romanos, onde o factor económico (vulgo, cobrança de impostos) a tudo procurava sobrelevar.

Afinal, *nihil novi sub sole*, quando vemos por toda a parte os municípios se apropriarem, sem tir-te nem guar-te, do espaço público para – através das taxas de estacionamento automóvel – usurparem dinheiro aos contribuintes! O esquema é o mesmo, com a diferença de que já não há Cortes onde o Povo possa reclamar os seus direitos, nem os detentores do poder (ao contrário dos reis d'outrora) se preocupam em mandar instaurar inquirições ou exigir confirmações, porque, aliás, dessa exemplar governação da Idade Média terão certamente uma vaga ou mesmo nenhuma ideia...

«Pisar o risco», «ultrapassar os limites» surgem, no dia-a-dia, como expressões duplamente aliciantes. Um proibitivo desafio, por expressamente implicarem punição. Daí que os povos e as pessoas minimamente organizadas possam esquecer tudo, menos a preocupação de marcarem um risco e estabelecerem um limite. Daí que também o estudo dos limites e das fronteiras seja deveras aliciante. Nem sempre haverá a preocupação em conhecer bem a realidade: se houve limites, se poderia ter havido limites e, se os houve, a que critérios obedeceu a sua definição...

O DESVANECIMENTO DOS LIMITES?

Antecipando o Lisbon Web Summit, previsto para Novembro de 2016, o número de Outubro de 2016 da UP, revista de bordo da TAP – Air Portugal, escolheu para seu tema genérico *Portugal Connected*, a fim de se demonstrar, no fundo, que, mediante as novas tecnologias, acabamos por verificar que... não há limites!

Apesar de tudo isso, a noção de limite, de fronteira, está tão visceralmente arreigada no espírito humano que facilmente se aceita o desafio de... investigar fronteiras!

E sobretudo num caso como o da ponte romana de Alcântara, cuja construção supostamente terá sido

custeada por vários povos, segundo inscrição nela exarada – a sedução torna-se ainda maior e muitos foram já os que apaixonadamente e sob a invocação dos mais diversos argumentos tentaram identificar e, até, localizar esses povos. Por outro lado, inclusive a nível institucional se repensaram estas questões, tal a importância de que, psicologicamente, elas se revestem.

Está-se, porém, no ciclo em que na investigação histórica, após o período das grandes sínteses, ganha novo fôlego a análise miúda, ou porque novos documentos se descobriram ou porque, perante os documentos até agora tidos em consideração, novos ângulos de visão se ensaiaram.

Assim, para além da validade concreta, no terreno, do conceito «limite» e suas características intrínsecas, já também se discute de novo, no caso da ponte romana de Alcântara, a autenticidade da epígrafe que poderia ter estado na base da cópia que na ponte ora figura...

UM TEMA ACTUAL

Justifica-se, pois, a actualidade do tema, mesmo analisado no que à época romana diz respeito. Bem andou, por isso, Carolina Cortés Bárcena em procurar saber o que se passara no Ocidente do Império Romano. Esse, o tema do seu livro *Epigrafia en los confines de las ciudades romanas*, em que analisa os *Termini Publici na Hispania*, na *Mauretania* e na *Numidia*.¹

Justifica-se, além disso, abordar o tema numa revista da Beira Interior, área da Lusitânia romana assaz estudada nesse âmbito pelas polémicas instaladas em torno da localização dos já citados povos referidos na ponte de Alcântara, quer pela relativa abundância de etnónimos e de epítetos etnonímicos atribuídos a divindades patente nas epígrafes.

Não falando já do – genérico – ensaio de Albertini sobre toda a Hispânia romana (1923) e cingindo-me, por agora, ao que à Beira Interior diz respeito, fácil se torna verificar que é longo o rol desses estudos desde o (já clássico) de Luís García Iglésias (1976), até a um dos mais recentes de Jorge de Alarcão (2005), autor que, de resto, detém nesse âmbito abundante bibliografia e que, por aí ter apresentado a comunicação «Identificação das cidades da Lusitânia

1 | Trata-se do nº 7 de *Hispania Antigua / Série Histórica*, editado por «L'Erma» di Bretschneider, Roma, 2013; ISBN: 978-88-913-0292-2. A colecção é dirigida pelo Professor Julián González, da Universidade de Sevilha.

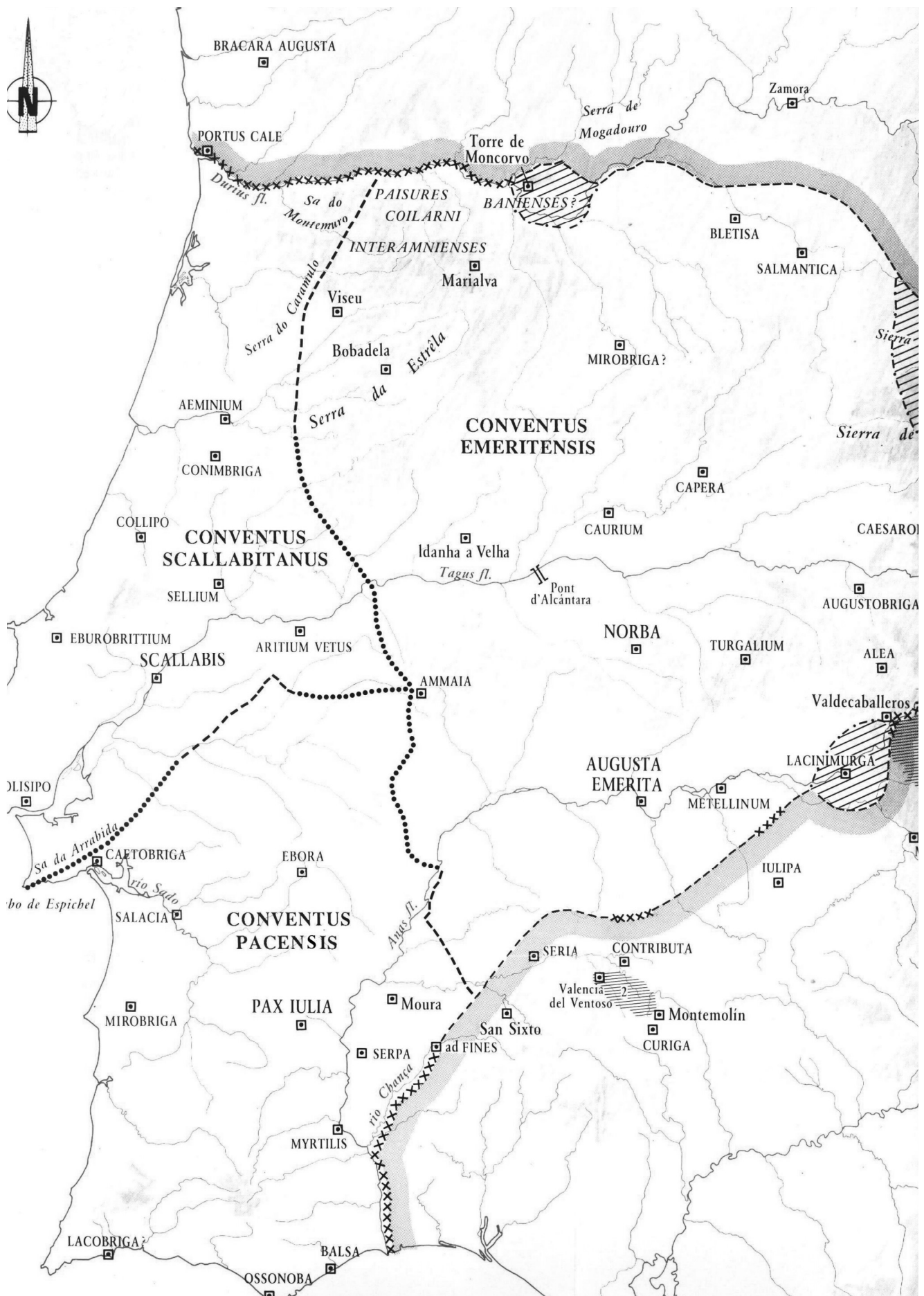


FIG.1 | A proposta de 1990.

portuguesa e dos seus territórios», acabou por, juntamente com outros participantes na mesa-redonda da Lusitânia de 1990, em Talence, sugerir «propositions pour un nouveau tracé des limites anciennes de la Lusitanie romaine» (Fig. 1), propostas que – passados estes anos todos e novas reflexões feitas em função de outros modos de encarar a realidade – começam agora a ser postas em causa, não tanto no que concerne aos limites provinciais, mas, de modo especial, em relação aos limites dos *conventus*.

A questão voltou a ser abordada na mais recente mesa-redonda da Lusitânia,² tendo-se salientado, por exemplo, que urge reflectir sobre a noção de *conventus*, nomeadamente tendo em conta a etimologia da designação, a partir de *convenire*, «reunir», «acorrer a»; aos *conventus* acorriam os habitantes das povoações limítrofes para pagar impostos; eram circunscrições jurídico-administrativas; poderiam não ser um espaço geográfico definido, não ter limites no sentido de fronteira, uma vez que ‘fronteira’ é um conceito actual que cedo se procurou transpor, quiçá indevidamente, para a Antiguidade.³

No que concerne à proposta de 1990, a objecção quiçá mais relevante poderá ser a extensão atribuída ao *conventus Emeritensis*, se tivermos em consideração o que atrás se disse: a função dos magistrados do *conventus* é a percepção de impostos e a distância a que os aglomerados populacionais se encontram do centro receptor não será certamente factor despiciendo. Deveria haver como que uma ‘reunião’ das populações em torno da ‘capital do *conventus*’, independentemente do seu estatuto.

Pedro López Barja de Quiroga⁴ escreve expressamente:

«La palabra latina *conuentus* viene a significar “reunión”, “asamblea”, “grupo de personas que ha venido a un mismo lugar” (*cum + venire*). Puesto que una de las tareas principales del gobernador provincial consistía en administrar justicia, se hizo desde muy pronto habitual que recorriese el territorio según un itinerario más o menos fijo, deteniéndose en determinados lugares, a donde podían acudir las personas de los alrededores, para plantearle sus quejas y reclamaciones. Una vez que esos itinerarios se consolidaron, los lugares donde el gobernador ponía su tribunal se convirtieron en “sede de *conuentus*” o “lugar de asamblea o reunión” (p. 28).

Aliás, ocorreu-me de imediato a tésseira (Fig. 2) encontrada, ao que sabemos, no princípio da década de

1980, no termo de Campo Maior (Alto Alentejo), que ostenta a seguinte inscrição: *Caburius / Tangini • filius / • tesseram / populo • qui / • conveniunt / Artica • capud / de • suo • donavit*, que dei a conhecer (2009), que traduzi («Cabúrio, filho de Tangino, ofereceu, a expensas suas, a tésseira ao povo que se reúnem [sic] na capital Ártica») e que pus à discussão dos investigadores, os quais, segundo creio, até agora não se lhe terão referido, quiçá por partilharem a ideia de se tratar de uma falsificação; mas nem mesmo a apresentação de argumentos em prol dessa eventual falsificação chegaram ao meu conhecimento. O facto é que justamente aí aparece a forma verbal a que atrás se fazia alusão: «conveniunt» – e porventura não será inoportuno voltar a essa discussão.



FIG.2 | Tésseira.

2| Subordinada ao tema “Lusitania Romana: del pasado al presente de la investigación”, realizou-se, a 29 e 30 de Setembro de 2016, no Museo Arqueológico Nacional de Madrid, integrada nas actividades complementares da exposição, patente naquele museu, «Lusitania – Origen de Dos Povos».

3| Tocaram esses aspectos tanto formalmente na comunicação apresentada, como, especialmente, na discussão subsequente, Patrick Le Roux (comunicação: «Les inscriptions et l'histoire provinciale de la Lusitanie: un bilan»); Amílcar Guerra, «Nomes de *populi* e de lugares da Lusitânia: balanço de um quarto de século de investigação»; Maria José de Almeida, «Uma estrada a atravessar fronteiras na investigação: o estudo sobre a via entre *Augusta Emerita* e *Olisipo por Eborac*»; José Manuel Iglésias Gil, 25 años de investigación epigráfica en Lusitania: *Norba y los Norbani*».

4| Trata-se de uma passagem do artigo «La concepción política del territorio en la Roma Republicana», inserido (p. 9-13) no livro *El territorio de las ciudades romanas*, editado sob orientação dos professores Julio Mangas e Miguel Ángel Novillo (Madrid, Ediciones Sísifo, 2008), que dá voz a algumas das conclusões mais salientes do grupo de investigação sobre cidades romanas criado na Universidad Complutense.

Também aqui se dá conta de que alguns *populi* se reuniram na *capud (=caput) Artica*, certamente em obediência a uma convocatória. Aí se terão tomado resoluções e a entrega da tésseira consubstanciaria, de certo modo, o compromisso assumido perante todos.

Acrescenta Pedro López Barja, na sequência do que atrás se transcreveu:

«La visión territorial de algunos autores modernos, apartándose del modo de razonar propio de los antiguos, pronto asimiló el *conuentus* a una especie de partido judicial que, lógicamente, debía tener fronteras claramente definidas. Los estudiosos se esforzaron por fijarlas, mediante nítidas líneas, en un mapa. Es un procedimiento, a mi entender, erróneo, porque tales delimitaciones, tales líneas, jamás existieron: no se trata de que conozcamos su trazado mejor o peor, sino de que el *conuentus* nunca fue un distrito sino la reunión o el lugar de reunión de un conjunto de pueblos o de ciudadanos» (p. 29-30).

Para concluir:

«Al *conuentus* pertenecen, una vez más, personas, no territorios» (p. 30).

Não admira, porém, que – perante uma lista de povos, como é a que nos foi transmitida pela epígrafe da ponte de Alcântara – ou mesmo face à coluna encontrada em Chaves, no leito do rio Tâmega, que enumera os povos que se juntaram para fazer determinada obra (a ponte, quiçá),⁵ os investigadores não hesitem em deixar-se levar pela curiosidade: que povos serão estes? Onde se localizariam os seus povoados? Sem nenhuma preocupação de ser exaustivo – também porque uns escritos acabam por remeter para outros e assim o panorama se vai completando – juntei, na bibliografia final, alguns dos artigos publicados sob inspiração da epígrafe da ponte de Alcântara. Não posso, contudo, terminar esta introdução à informação que me propus dar acerca do livro de Carolina Cortés sem voltar a fazer mais uma transcrição, que resulta quase numa confissão por parte de Amílcar Guerra, depois de ter procurado definir a fronteira entre Lusitanos e Vetões (2016, p. 435):

«Os dados e considerações expostos ao longo do trabalho não resolvem, naturalmente, qualquer problema relacionado com os limites territoriais dos Vetões, nem esse constituía o seu objectivo, porque questões dessa natureza perdem verdadeiramente o seu sentido. Essas tentativas podem não ir além de elucubrações mais ou menos pertinentes sobre informações de diferente natureza, mas das quais não resulta um quadro coerente. E um dos problemas principais reside precisamente aí: pretender conciliar dados que na sua essência são distintos e nunca produzem um panorama

5] Hoje, sobre a ponte está uma réplica da inscrição autêntica, que acabou por ser identificada no leito do rio, por ocasião da dragagem aí efectuada a 27 de Agosto de 1980. É, seguramente, uma das epígrafes mais referidas – veja-se HEpOL registo nº 8304 –, porque, datada do ano 79 d. C. enumera precisamente uma série de povos, cujos nomes não estão totalmente identificados com segurança. Cito, a título de exemplo, além dos *Aquiflavienses* (como é natural), os *Interamici*, os *Quarquerni*, os *Tamagani*... Já em 1888 A. Fernández Guerra y Orbe aludia às «diez ciudades bracarenses nombradas en la inscripción de Chaves»; mas, desde então, os estudos sucederam-se; na impossibilidade de os citar a todos, remeto para um dos mais recentes: SILVA, 2007, p. 389-397. Carolina Cortés refere-se-lhe na nota 136 (p. 37).

com a coerência que idealizamos na nossa visão por vezes demasiado simplista da realidade. Compatibilizar elementos de natureza linguística e arqueológica e, por sua vez, ajustá-los a informações que as fontes literárias gregas e latinas nos proporcionam, parece-me uma utopia. Ambiciona-se, creio que inutilmente, delimitar o que nunca foi delimitado ou que nunca teve uma configuração estável, criar uma uniformidade onde ela nunca existiu.»

O LIVRO DE CAROLINA CORTÉS BÁRCENA

É, por consequência, tendo presentes estes pressupostos que, em meu entender, deve ser encarado o livro de Carolina, que constitui a sua tese de doutoramento europeu, defendida, em Fevereiro de 2011, na Universidade de Cantábria: a reunião ordenada dos saberes adquiridos, para, a partir deles, outras reflexões se ensaiarem, na previsão de novas hipóteses de trabalho.

Foi intenção da autora apresentar uma panorâmica o mais completa possível do que se conhecia acerca dos *termini*.

Assim, após uma introdução histórica em que explicita o que são *termini* e o papel desempenhado pelos *agrimensores*, não se esquecendo de assinalar o carácter sagrado atribuído aos *limites* – a consabida omnipresente ‘comunhão’ entre política e religião... – fornece, no III capítulo, o *corpus* dos *termini* por províncias, desde as três da *Hispania* (p. 33-141), aos da *Numidia* (p. 141-180) e, finalmente, aos das duas províncias da Mauritânia: a *Sitifensis* e a *Caesarensis* (p. 180-213).

O capítulo IV é dedicado à análise dessa documentação epigráfica, para, de seguida, enveredar por questões que poderíamos chamar de metodológicas; o capítulo V define os tipos de *termini*; detém-se, no capítulo VI, nas características externas, nos formulários e na distribuição cronológica, concluindo, neste aspecto, como pode observar-se no elucidativo gráfico da p. 265, que «la mayoría de los *termini* estudiados pertenecen al siglo I d. C.» (p. 270), confirmando-se – voltamos a examinar o gráfico – que foi Augusto, e na Península Ibérica, que deteve o palmarés da implantação de *termini* (30 no total) contra 14 de Cláudio, ainda na *Hispania*, e 14 de Trajano na *Numidia*, o que não suscita admiração, mas apenas a confirmação, através deste estudo, de uma atenção política de que outras atitudes imperiais davam sobejas provas.

O capítulo VII constitui, porventura, um dos mais aliciantes, porque nele se procura responder a perguntas tão significativas do ponto de vista histórico como: «Quando se erigiam os *termini*?», «Porque é que se assinalava a fronteira com *termini*?», «Onde se localizavam?», «Quem intervinha na *terminatio*?» e como se procurava impedir que os *termini* fossem, de certo modo, profanados.

No capítulo VIII, «reflexão final» (p. 283-285), a Autora olha retrospectivamente para o labor a que se dedicou, e inclui de seguida, como é natural, os índices epigráfico e geográfico, a tábua de correspondências, o rol das abreviaturas usadas e a bibliografia de que lançou mão.

Trata-se, por consequência, de um estudo bem

estruturado, em que são oportunamente levantadas todas as questões que o tema necessariamente desperta, se – e volto às nossas reflexões iniciais – pensarmos que o estabelecimento de fronteiras ou a sua inexistência estão, ainda hoje, na base da quase totalidade dos conflitos mundiais. Louve-se, portanto, a investigação levada a cabo.

Naturalmente que, num comentário destinado à comunidade lusitana, duas interrogações eu tinha de me colocar: quais foram as conclusões e como foi tratado o material do território actualmente português.

Das três páginas da conclusão ressalto – e é o primeiro aspecto assinalado por Carolina Cortés Bárcena – que terá sido, necessariamente, muito maior o número de conflitos territoriais: só uma significativa minoria terá merecido uma concretização epigráfica, por mais que pensemos ser ainda possível vir a encontrar outros vestígios.

À erecção de um *terminus* não terá sido alheia uma intenção de propaganda política (o nome do imperador ali figura) e a colocação de vários *termini* numa zona circunscrita advém da necessidade de essa delimitação ficar bem clara (e estou a recordar o que se terá passado com os *prata legionum*, atendendo precisamente às suas características).

A razão de se fixar um *terminus* terá radicado, amiúde, em conflitos subjacentes; contudo, poder-se-á afirmar que essa fixação «dependia de una serie de circunstancias como la organización territorial de la zona, la exigencia de resolver conflictos con una indicación clara de los confines, así como lo interés de las autoridades romanas de anunciar la nueva *terminatio*» (p. 285). «La ausencia de alguno de estos requisitos», conclui Carolina Cortés Bárcena, «puede explicar la escasez de *termini* a partir de Adriano, puesto que las controversias territoriales continuaron como evidencian las diferentes legislaciones» (*ibidem*).

Está completo e bem enquadrado de todos os pontos de vista o *corpus* dos *termini publici* documentados, até ao presente, no território actualmente português: os de

Goujoim, Peroviseu, S. Salvador, Ul, Guardão e São Pedro de Balsemão.

Houve muito cuidado em elaborar a ficha de cada monumento, nela se incluindo – além de uma, em geral, boa fotografia – todos os elementos susceptíveis de dar informação: o tipo de monumento, o material de que é feito, o local de achamento, o possível primitivo local de procedência e o paradeiro actual; as informações sobre o campo epigráfico, o comentário paleográfico, a leitura e variantes, uma proposta de cronologia e um extenso enquadramento histórico completam o estudo individual.

Não era intenção da autora estender a sua investigação a epígrafes que, marcando, nomeadamente em ambiente rupestre, o limite de territórios de entidades populacionais de menor monta, não detinham o carácter oficial que a presença do nome do imperador lhes conferiria. Porventura tentará ensaiar futuramente essa pesquisa complementar.

Poder-se-lhe-á também apontar que, levado à letra, o título do livro é susceptível de alguma observação, atendendo ao significado que habitualmente se dá à palavra «ciudad» como aglomerado populacional urbano e aqui, de um modo geral, a *limitatio* não é entre cidades mas sim entre *populi*, se é esta a designação passível de aplicar-se a *Igaeditani, Meidobrigenses, Lancienses Oppidani...*

Lugar de relevo há-de dar-se ao facto de assim se verem reunidos os *termini* relativos aos *prata* da *Legio VIII Macedonica* e aos da *Cohors VIII Gallorum*, a demonstrar a preocupação de bem delimitar as zonas de actuação económica destes corpos militares. E virá a propósito recordar o que, por exemplo, Patrick Le Roux e outros têm acentuado: o exército romano manteve-se estacionado em certas zonas da *Hispania*, não tanto devido a necessidades bélicas ou perigo de rebelião por parte dos indígenas, mas sim como fator de desenvolvimento económico, vigilante sobre o que aos cofres do Estado central não poderia ser usurpado. A *terminatio* desempenhava, pois, papel primordial.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO (Jorge de), «Os montes Hermínios e os lusitanos», *Livro de homenagem a Orlando Ribeiro*, Lisboa, 1988, p. 41-48.

ALARCÃO (Jorge de), «Geografia política e religiosa da ciuitas de Viseu», *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, 1989, p. 305-314.

ALARCÃO (Jorge de), «Identificação das cidades da Lusitânia portuguesa e dos seus territórios», *Les villes de Lusitanie. Hiérarchies et territoires (Talence, le 8-9 décembre 1988)*, Paris, 1990, p. 21-34.

ALARCÃO (Jorge de), «Etnogeografia da fachada atlântica ocidental da Península Ibérica», *Complutum*, 2-3, 1992, p. 339-345.

ALARCÃO (Jorge de), «As *ciuitates* do Norte de Portugal», *Cadernos de Arqueologia*, série II, 12-13, 1995-96, p. 25-30.

ALARCÃO (Jorge de), «On the civitates mentioned in the inscription on the bridge at Alcántara», *Journal of Iberian Archaeology*, 0, 1998, p. 143-157.

ALARCÃO (Jorge de), «Ainda sobre a localização dos povos referidos na ponte de Alcántara», *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia. Actas das 2.ªs Jornadas de Património da Beira Interior*, Guarda (Centro de Estudos Ibéricos), 2005, p. 119-132.

ALARCÃO (Jorge de) *et alii*, «Propositions por un nouveau tracé des limites anciennes de la Lusitanie romaine. *Les villes de Lusitanie. Hiérarchies et territoires (Talence. le 8-9 décembre 1988)*. Paris, 1990, p. 319-329. [Colaboraram Jean-Gérard Gorges, Manuel Salinas de Frías, Pierre Sillières e Alain Tranoy].

ALARCÃO (Jorge de) e IMPERIAL (Flávio), «Sobre a localização dos *Lancienses* e *Tapori*». *Miscelânea em homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*, Lisboa, 1997, p. 39-44.

ALBERTINI (Eugène), *Les Divisions Administratives de l'Espagne Romaine*, Paris, 1923.

CORTEZ (Fernando Russel), «Os Tapori de Plínio. Subsídio para a sua localização», *Zephyrus*, 3, 1952, p. 175-178.

CORTEZ (Fernando Russel), «A localização dos Meidubrigenses», *Zephyrus*, 4, 1953, p. 503-506.

ENCARNAÇÃO (José d'), «Da invenção de inscrições romanas, ontem e hoje: a propósito de uma tésseira de bronze», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 12/1, 2009, p. 127-138.

FERNÁNDEZ CORRALES (José María), «El territorio de Augusta Emerita y los limites entre la Bética y Lusitania», *Actas del XIX Congreso Nacional de Arqueología*. Zaragoza, I, 1989, p. 889-898.

FERNÁNDEZ-GUERRA y ORBE (Aureliano), «Las diez ciudades bracarense nombradas en la inscripción de Chaves», *Revista Archeologica e Historica*, 2, 1888, p. 81-105.

FERREIRA (Ana Paula Ramos), «Sobre a dispersão dos *Tapori*: algumas notas de reflexão», *Conimbriga*, 35, 2000, p. 107-128.

GARCÍA IGLÉSIAS (Luís), «Autenticidad de la inscripción de los municipios que sufragaron el puente de Alcántara», *Revista de Estudios Extremeños*, 32, 1976, p. 263-276.

GUERRA (Amílcar), «As fontes e as entidades étnicas», in *História de Portugal* dirigida por João MEDINA, vol. II, Lisboa, 1993, p. 11-16.

GUERRA (Amílcar) «Sobre o território e a sede dos *Lancienses* (*Oppidani* e *Transcudani*) e outras questões conexas», *Conimbriga*, XLVI, 2007, p. 161-206.

GUERRA (Amílcar), «Entre Lusitanos e Vetões. Algumas questões histórico-epigráficas em torno de um território de fronteira», in SOUSA (Ana Catarina), CARVALHO (António) e VIEGAS (Catarina) [eds.], *Terra e Água. Escolher Sementes, Invocar a Deusa* (Estudos em homenagem a Victor S. Gonçalves), Centro de Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2016, p. 425-437.

HEPOL = *Hispania Epigraphica On Line*, acessível em <http://eda-bea.es/>

LE ROUX (Patrick), «Cités et territoires en Hispanie: l'épigraphie des limites», *Mélanges de la Casa Velázquez. Antiquité. Moyen Âge*, 30(1), 1992-1993, p. 37-51.

LOPES (Luís Seabra), «Talábriga. Situação e limites aproximados», *Portugalia*, 16, 1995, p. 331-343.

SÁNCHEZ-MORENO (Eduardo), «La cuestión de los "limites" y "fronteras" en los pueblos prerromanos de la Península Ibérica: el caso de los Vetones y su marco territorial», *III Congreso Peninsular de Historia Antigua. Praectas*, Vitoria, vol. II, 1994, p. 496-514.

SILVA (Armando Coelho Ferreira da), *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, 2007.

TRANOY (Alain), «Le pseudo-milliaire de S. Claudio (Gostei, Bragança) et les limites orientales du conventus de Braga», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXIII, 1980, p. 589-594.

ÍNDICE

REVISTA “EBVROBRIGA” UM NOVO NÚMERO Paulo Fernandes	7
ZOOMORFOS FANTÁSTICOS, NA ARTE DO VALE DO TEJO Mário Varela Gomes	9
UMA NOVA TIPOLOGIA DE MONUMENTO VOTIVO NA LUSITÂNIA ROMANA A PROPÓSITO DE UM ESTRANHO ACHADO ARQUEOLÓGICO DOS FÓIOS (SABUGAL) Marcos Osório	15
DUAS FÍBULAS INÉDITAS DAS TERMAS ROMANAS DO ERVEDAL CASTELO NOVO, FUNDÃO Salette da Ponte Ricardo Triães João Mendes Rosa Joana Bizarro	27
ÂNFORAS ROMANAS DA MEIMOA E BENQUERENÇA DEPOSITADAS NO MUSEU MUNICIPAL DE PENAMACOR Carlos Banha Sara Ferro	31
LIMITES – UMA QUESTÃO SEMPRE CONTROVERSA José d’Encarnação	43
O TESOURO ROMANO DE LAMEIRA LARGA ALDEIA DO BISPO, PENAMACOR Filomena Barata	49
UM <i>PULVINUS</i> DA QUINTA DE S. DOMINGOS ALDEIA DO SOUTO, COVILHÃ Pedro Miguel Salvado Joana Bizarro	57
CAPELA DE SÃO PEDRO DA CAPINHA (FUNDÃO): ANÁLISE ESTRATIGRÁFICA CONSTRUTIVA Constança Guimarães dos Santos Elisa Albuquerque	61
AS SEPULTURAS ESCAVADAS NA ROCHA NA ENVOLVENTE DA TORRE DOS NAMORADOS QUINTAS DA TORRE, FUNDÃO Maria João Ângelo	71
OS LIMITES DO SOUTO RÉGIO DO ALCAMBAR NO FUNDÃO (1395) Maria da Graça Vicente	89
FUNDÃO, 1580: O CASO RARO DE UMA ALDEIA QUE SE TERÁ AUTOPROCLAMADO VILA E QUE O FOI POR DOIS ANOS Joaquim Candeias da Silva	95

MORGADO DE PEROVISEU E CHÃOS CONCELHO DO FUNDÃO, SÉCULO XVII João Trigueiros	103
ROTEIRO DA FAMÍLIA FRANCO NESTA GRANDE PROVÍNCIA DA BEIRA BAIXA Benedicta Maria Duque Vieira	113
MEMÓRIA ORAL E IMAGINÁRIO POPULAR, EM TORNO DAS INVASÕES NAPOLEÓNICAS NA VILA DE ALPEDRINHA Luís Maçarico	123
AS SECADEIRAS DA SERRA DA GARDUNHA David Caetano	133
“JOSÉ LEITE DE VASCONCELLOS – A LUSITÂNIA: RUÍNA, CORPO, POEMA” Maria do Sameiro Barroso	139
AS TERRAS DE TREBARUNA E A “BEIRANIDADE” Miguel Nascimento	147
“REQUIESCAT IN PACE”: A PEDRA TUMULAR DE D. ANA LEOPOLDINA XAVIER DA FONSECA ESTEVES Adelino Pereira	149
ELEMENTOS PARA UM INVENTÁRIO DA EPIGRAFIA PORTUGUESA DA BEIRA BAIXA UM ALPETRINENSE NA DIÁSPORA Joaquim Batista	151
A PROPÓSITO DA “REEDIÇÃO DA ODE A TREBARUNA” DE JOSÉ LEITE DE VASCONCELLOS SIMPLES LEITURA Pedro Miguel Salvado	153